

# Produtividade das Micro e Pequenas Empresas - MPE

Maio 2021

# 1. A PRODUTIVIDADE COMO META SÍNTESE PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO

O crescimento econômico sustentável de longo prazo é um dos principais anseios e metas dos países, principalmente para aqueles em desenvolvimento, como o Brasil. Nesse contexto, após um ano de recessão profunda, uma das grandes discussões nos campos político e econômico no Brasil, envolve a retomada do crescimento da economia do país.

**Como, após uma das maiores recessões da sua história, fazer com que o país retome sua trajetória de crescimento?**

Para responder esse questionamento, naturalmente surgem inúmeras ideias e propostas, envolvendo tanto fatores conjunturais como estruturais, levando reformas administrativas, tributárias, concessões, entre outros ao debate público. No entanto, pode-se afirmar, com amplo respaldo na literatura econômica, que existe uma meta síntese para o crescimento econômico sustentado no longo prazo: o aumento de produtividade.

A grande questão, no caso brasileiro, é que o bônus demográfico que, por muitos anos serviu de combustível ao crescimento, hoje já atua na direção contrária, quando o país envelhece e sua população economicamente ativa passa a crescer em ritmo mais lento que o resto da população.

Assim, naturalmente, a discussão se vira para a produtividade, que passa a ser a solução desse problema: hoje um trabalhador brasileiro realiza no mesmo período de tempo um quarto da produção de um trabalhador americano, por exemplo. Como cobrir essa diferença?

Do ponto de vista econômico, a diferença de produtividade pode ser visualizada, ao se comparar dois processos semelhantes, onde um é mais produtivo quando um determinado resultado é obtido com menor quantidade de insumos de produção ou quando se observa maior resultado a partir da utilização da mesma quantidade de insumos.

Essa lógica, ainda que abstrata, permeia desde noções macroeconômicas, como o cálculo da produtividade de um país, que pode ser estimada pela razão de valor adicionado por pessoal ocupado, quanto microeconômicas, a partir da mensuração de quilos de soja produzidos por hectare de terra, por exemplo.

Por conseguinte, os fatores que afetam a produtividade podem ser associados tanto a aspectos externos às empresas (conjunturais ou macroeconômicos) quanto internos (operacionais ou microeconômicos)

Neste contexto, ao tentar resolver esse problema, a resposta de muitos é olhar para as micro e pequenas empresas no país. Como representam 99% das empresas existentes no país, segundo a Rais 2018, e cerca de 30% do PIB (FGV/SEBRAE) torná-las mais produtivas causaria um grande efeito na produtividade do país.

As MPEs estão concentradas em setores onde há forte intensidade em trabalho, como o setor de comércio e serviços, ou seja, não há grandes economias de escala. E apesar de serem menos produtivas quando comparadas a médias e grandes empresas, elas possuem um grande papel social no país, são responsáveis pela geração da maior parte do emprego, mais de 54% dos vínculos de trabalho formal, segundo a Rais 2018.

Para se entender essas empresas, é necessário observar que não formam um bloco uniforme, em sua maioria ao prover emprego aos seus proprietários e funcionários, já estão cumprindo a missão para as quais foram fundadas. É o que observou um estudo feito em 2021, pela Fundação Getulio Vargas em parceria com o Sebrae, que a partir de estudos internacionais e cruzamento de dados domésticos, categorizou as MPEs do Brasil em três grupos “Empregariais”, “Empresariais” e “Empresariais Avançadas”.

Assim, somente para algumas delas, faria sentido aumentar a produtividade. Para a imensa maioria, que trabalha com baixa densidade tecnológica, as chamadas “empregariais” a manutenção da situação atual é a tendência e objetivo de seus proprietários. Políticas que atuem diretamente para o aumento da produtividade dessas empresas, podem e devem ajudar, no entanto, sua implantação é mais complexa, já que, do ponto de vista de comportamento e objetivo empresarial, pode ir contra a própria natureza de sua existência, que valoriza esse papel social, já citado, em fornecer empregos formais para grande parte da população. Desta forma, ações estruturais e de políticas públicas generalistas (simples nacional) e alguns tipos de microeconômicas (ex.: apoio a digitalização a adoção de tecnologias simples e já disponíveis e a redução de custos operacionais) tendem a ser mais efetivas para esse grupo.

Por outro lado, programas mais complexos, voltados para o crescimento de produtividade das MPEs devem se concentrar naquelas que por sua natureza, têm como objetivo o e seu crescimento e maximização de seus ativos e da sua lucratividade.

Assim, uma política pública específica poderia ser mais efetiva nesse sentido e gerar um impacto maior a um custo mais baixo. Há, hoje no Brasil, algumas iniciativas que buscam aumentar a produtividade das empresas como o Brasil Mais, PROCOMPI e diferentes programas de programas de concentração e desburocratização de Serviços Públicos.

Desta forma, o objetivo da presente Nota Técnica é apresentar um breve panorama sobre a produtividade no mundo e no Brasil como forma de embasar os debates sobre o tema, que tanto se fazem necessários, especialmente no atual e desafiador cenário econômico. E dada a relevância dos pequenos negócios no país, e a crise pela qual passam, é de se esperar que o debate sobre o aumento da produtividade no Brasil passe, necessariamente, pelo aumento da produtividade das MPes.

## 2. FATORES DE PRODUTIVIDADE

Tida como uma das principais fontes do crescimento econômico e aumento da qualidade de vida, a produtividade está no centro das discussões tanto no meio acadêmico, quanto no dia a dia das empresas. Esse conceito, embora amplamente difundido, carece de uma definição, propósito ou métrica de mensuração singular e, por consequência não é percebido de maneira uniforme pelos diferentes agentes econômicos.

De forma geral, produtividade pode ser definida como a razão entre o volume de output (produção) e a quantidade de *inputs* (insumos) utilizados em determinado processo produtivo. Do ponto de vista econômico, a diferença de produtividade pode ser visualizada, ao se comparar dois processos semelhantes, onde um é mais produtivo quando um determinado resultado é obtido com menor quantidade de insumos de produção ou quando se observa maior resultado a partir da utilização da mesma quantidade de insumos.

Um das formas de se medir a produtividade é utilizando a produtividade do trabalho, ou seja, a razão entre o produto gerado por trabalhador ou hora trabalhada. Dessa forma, pode-se obter o quanto cada trabalhador contribuiu para a produção de uma empresa, por exemplo. Foi a fórmula que foi adotada pela Fundação Getúlio Vargas em trabalho conjunto ao Sebrae para calcular a produtividade das empresas no Brasil por porte (MPEs, médias e grandes) e por setor. Dividindo-se o produto interno bruto gerado por elas, pelo número de vínculos empregados, foi possível calcular a produtividade do trabalho desses grupos de empresas.

Essa medida, contudo, não é capaz de avaliar o emprego de todos os fatores de produção, já que o trabalho não é o único *input* na produção de um bem ou serviço. Assim, outro indicador, a Produtividade Total dos Fatores (PTF), é comumente utilizado para medir a produtividade e a eficiência no uso dos recursos produtivos, já que leva em conta não só a produtividade da mão de obra, como também o uso do capital na produção. O IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), que faz parte da FGV, através do seu Observatório da Produtividade Regis Bonelli divulga indicadores anuais da Produtividade Total dos Fatores do Brasil, em uma série iniciada em 1981. Os cálculos, segundo as notas metodológicas divulgadas pelo instituto partem da seguinte fórmula de produção:

$$Y_t = A_t (u_t K_t)^\alpha L_t^{1-\alpha}$$

Nesta equação, o termo  $Y_t$  refere-se ao Valor Adicionado,  $A_t$  é a produtividade total dos fatores (PTF),  $K_t$  é o estoque de capital,  $u_t$  é o nível de utilização da capacidade instalada,  $L_t$  é o fator trabalho e  $\alpha$  é a participação do capital na renda. O termo  $u_t K_t$  refere-se ao estoque de capital em uso. O estoque de capital é definido a partir da seguinte fórmula:

$$K_{t+1} = (1 - d)K_t + I_t$$

Nesta equação,  $d$  é a taxa de depreciação física do capital e o  $I_t$  é o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo). Os valores iniciais de estoque de capital e de depreciação são definidos a partir de trabalhos que fazem essa estimativa para o Brasil. Por fim, a PTF ( $A_t$ ) é obtida como resíduo, tal como descrito na seguinte equação:

$$A_t = \frac{Y_t}{(u_t K_t)^\alpha L_t^{(1-\alpha)}}$$

Vários fatores afetam a produtividade e podem explicar as variações observadas, tanto fatores externos e comuns a todas às empresas, sendo eles conjunturais ou estruturais, quanto fatores internos. Um exemplo de fator de conjuntura que afetou a produtividade foi a pandemia da Covid-19, no último ano, houve segundo divulgado pelo próprio um aumento da produtividade no país, assim como no resto do mundo. Apesar da queda do PIB, houve também uma queda no nível de emprego, em especial nas horas trabalhadas e que foi desigual, atingiu com mais força trabalhadores menos qualificados, o que com a retomada da economia e a reinserção desses trabalhadores menos produtivos, pode resultar numa volta ao período de baixo crescimento na produtividade, como constatou o Professor Fernando Veloso do IBRE<sup>1</sup>.

Outros fatores, por sua vez, são estruturais e relativos à escolaridade da população, por exemplo, se existe uma mão de obra qualificada no mercado de trabalho, ou também relativos à competitividade e ao ambiente de negócios do país. A expressão “custo Brasil” é comumente usada para se tratar dos problemas e custos de se empreender e manter um negócio no país, que fazem com que uma operação no Brasil seja mais custosa do que em outros países pela infraestrutura, burocracia ou legislação aqui existente. O complexo sistema tributário, por exemplo, faz com que as empresas gastem muito tempo só para pagar os seus impostos, tempo que poderia ser empregado na sua própria produção. Há também dificuldades para lidar com a burocracia, como o tempo necessário para abrir uma empresa, e os problemas ligados à falta de infraestrutura, como a logística e a comunicação. Segundo estimativas do Ministério da Economia, o

---

<sup>1</sup> <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pandemia-e-seus-efeitos-na-produtividade-mundial-em-2020>

“custo Brasil” causaria um prejuízo de 1,5 trilhão ao país<sup>2</sup>. Da necessidade de reduzir esses custos e facilitar o ambiente de negócios no país é que surgem as discussões para adoções de reformas estruturais no Brasil, como a reforma tributária, que tem algumas propostas em discussão no Congresso.

Já entre os fatores internos ou também chamados de operacionais, destaca-se a qualidade da gestão das empresas, o capital humano, a digitalização das empresas, as políticas e iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação, que contribuem para a diferenciação e aumento do valor de produtos e serviços, além de contribuírem para o aumento da eficiência no processo produtivo.

Dessa forma, vê-se que são diversos os fatores que influenciam na produtividade, a busca pelo seu crescimento, portanto, pode ter diversos alvos e políticas, tanto de forma macro, quanto setoriais ou voltadas diretamente para o crescimento da produtividade dentro das empresas.

---

<sup>2</sup> <https://exame.com/blog/instituto-millenium/custo-brasil-consome-r-15-trilhao-e-faz-pais-perder-productividade/>

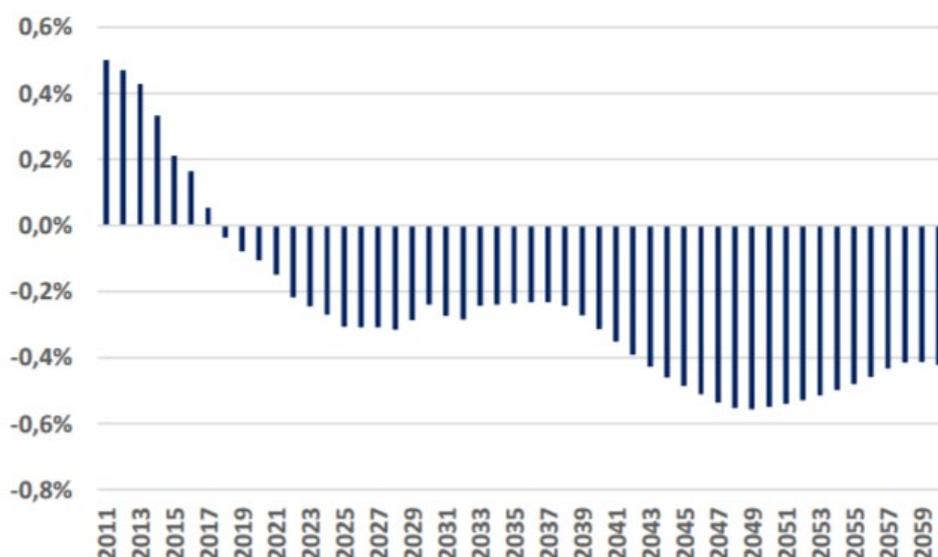
### 3. PANORAMA DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL

A discussão sobre produtividade no Brasil tem se tornado cada vez mais relevante dada a dificuldade em se resgatar o crescimento econômico observado em períodos anteriores.

Artigo recente publicado pelo IBRE/FGV indica que, desde a década de 1980, a produtividade do trabalho cresceu apenas 0,5% ao ano. Esse fato foi mascarado durante vários anos pelo rápido crescimento da população em idade para o trabalho (15 a 64 anos), que permitiu que a renda per capita crescesse a taxas superiores à da produtividade (0,9% ao ano).

O Gráfico 1 a seguir mostra que o bônus demográfico, que consiste no fato de que a população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) cresce mais rapidamente que a população como um todo, terminou em 2018, quando este diferencial entrou pela primeira vez em terreno negativo. O gráfico mostra ainda que nos próximos anos o bônus demográfico poderá se converter em ônus, com a população em idade ativa crescendo menos que a população geral.

Gráfico 1 - Diferencial de Crescimento da População em Idade Ativa e População Total

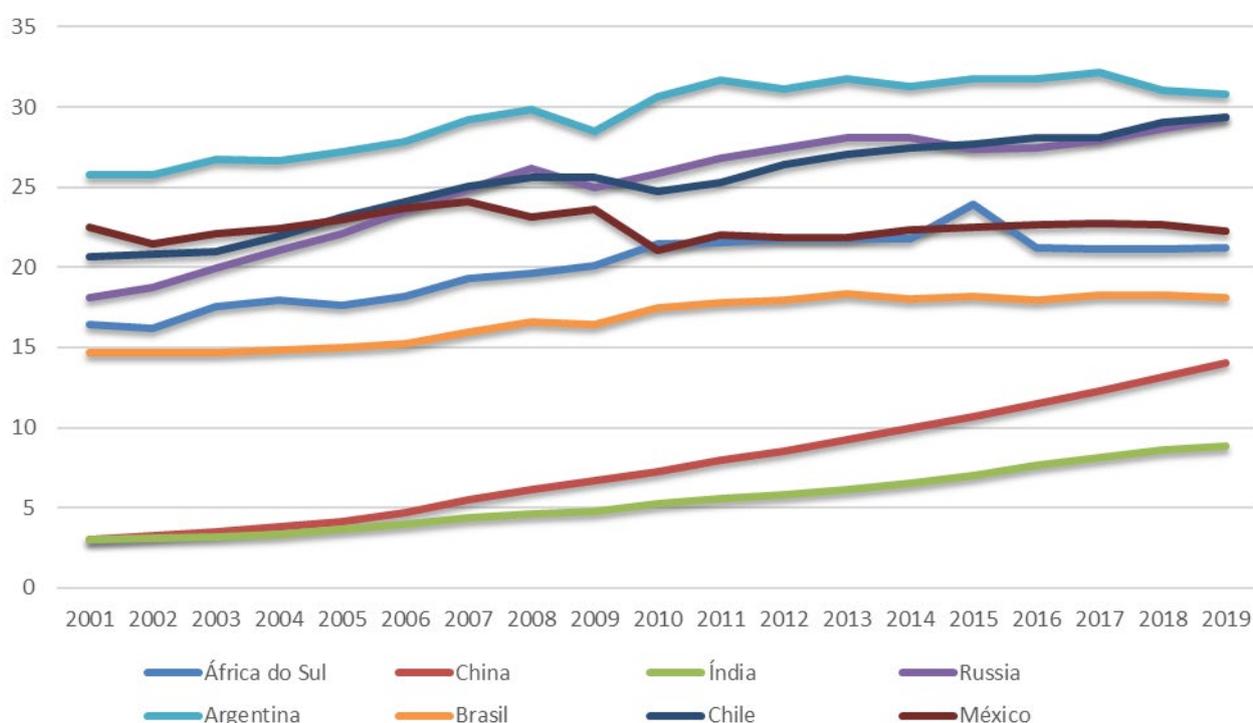


Fonte: FGV/IBRE.

Dados do *Total Economy Database*™ (TED), que reúne informações sobre PIB, população, emprego, serviços e produtividade para 130 países no mundo, permitem a comparação da evolução da produtividade no Brasil em relação a de outras economias mundiais.

O Gráfico 2 abaixo apresenta um comparativo entre o Brasil e os demais integrantes dos BRICS (agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), além de alguns países da América Latina.

Gráfico 2 - Evolução da Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada - Em US\$ de 2019



Fonte: *Total Economy Database - The Conference Board*.

Como é possível observar no gráfico, o Brasil além de apresentar um dos menores níveis de produtividade dentre os países analisados, foi também um dos que exibiu menor crescimento para o período retratado. Países cuja produtividade do trabalho teve performance abaixo da brasileira (Argentina e México), em termos absolutos apresentam níveis de produtividade mais elevados. Por outro lado, países que apresentam níveis de produtividade do trabalho inferior a do Brasil em termos absolutos (China e Índia), deflagraram movimentos de forte crescimento desse indicador.

Tais resultados também podem ser observados nas MPEs Brasileiras, uma vez que estão inseridas no mesmo contexto econômico e com o agravante de não possuírem margem para suportar as dificuldades impostas pela estrutura brasileira.

### 3.1 DADOS SOBRE PRODUTIVIDADE DAS MPES NO BRASIL

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as micro e pequenas empresas (MPEs) são responsáveis por dois terços de todos os empregos no mundo. No entanto, nas economias em desenvolvimento e emergentes, as MPEs são em geral menos produtivas do que as empresas maiores. Em muitos países, **a baixa produtividade das MPEs está relacionada a fatores externos às empresas, como regulamentos de negócios, infraestrutura e acesso a finanças. No entanto, pesquisas recentes (OECD, 2019) apontam que fatores internos às empresas também contribuem para a baixa produtividade.**

Muitas empresas em países em desenvolvimento, especialmente MPEs, sofrem com problemas de gestão. A escassez de capacidade gerencial pode ser considerado um entrave ao crescimento econômico na maioria dos países em desenvolvimento. Ressalta-se ainda uma forte associação entre práticas de gestão e indicadores de desempenho da empresa. Eles também encontram variações significativas entre países e dentro de cada país nas práticas de gestão.

Outro ponto a ser levado em consideração, é que as diferenças de produtividade entre as micro e pequenas e médias e grandes empresas varia de acordo com o setor de atuação. Assim, para analisar de forma mais detalhada a produtividade das MPEs Brasileiras, e, especialmente, para definir políticas públicas voltadas ao incremento desta produtividade, é preciso, antes de tudo, entender a importância e a heterogeneidade destas empresas.

A extraordinária relevância das MPEs na economia Brasileira, representando 99% das empresas existentes no país e cerca de 30% do PIB e são responsáveis pela geração da maior parte do emprego, mais de 54% dos vínculos de trabalho (Rais 2018), pode ser visualizado na Tabela 1, mostrando a evolução da participação no valor adicionado gerado pelo total das Micro e Pequenas para o período de 2014 a 2017. Tais dados, com sua respectiva divisão por setor pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 1 - Valor Adicionados das Micro e Pequenas empresas no Total das Atividades Consideradas - 2014 a 2017 - em %

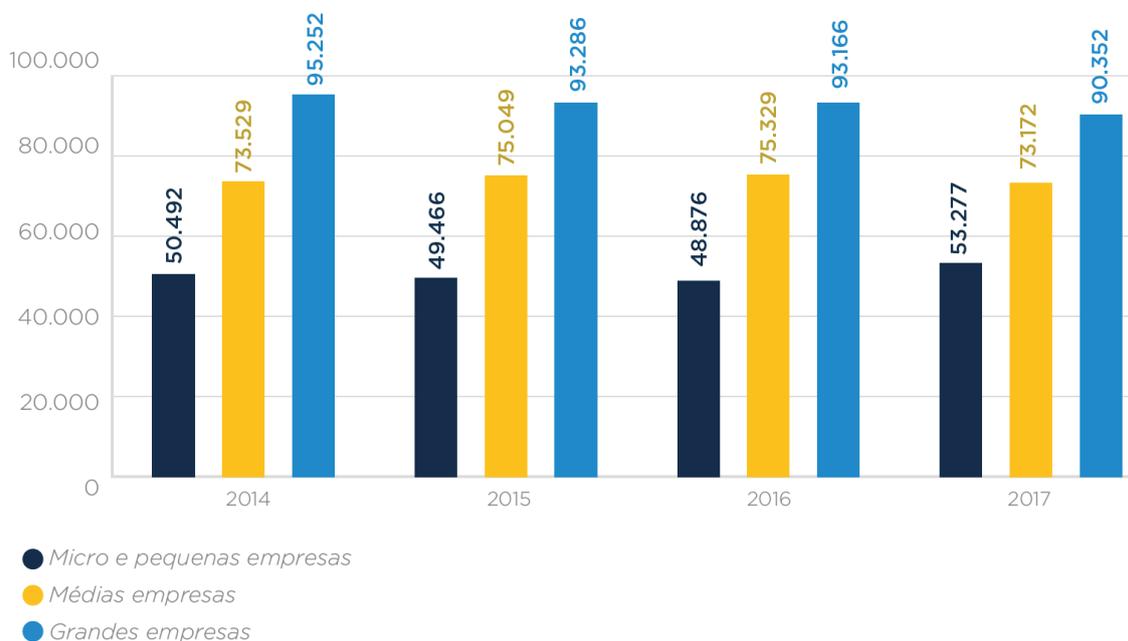
% VALOR ADICIONADO DAS MPEs NO VALOR ADICIONADO DA ECONOMIA*	2014	2015	2016	2017
TOTAL	28,60%	29,40%	30,00%	29,50%
COMÉRCIO	10,10%	10,20%	10,20%	10,30%
CONSTRUÇÃO	3,00%	3,20%	3,20%	2,60%
EXTRATIVA MINERAL	0,80%	0,50%	0,20%	0,60%
TRANSFORMAÇÃO	3,10%	3,10%	3,30%	3,30%
SERVIÇOS	11,60%	12,40%	13,10%	12,70%

\*Exceto Agropecuária, Financeiro, Administração Públicas e Aluguéis.

Fonte: FGV

A partir desses dados, a produtividade das empresas foi estimada dividindo o valor adicionado pelo quantitativo de pessoal ocupado, e classificando pelo porte de empresa, conforme ilustrado no Gráfico 3 a seguir.

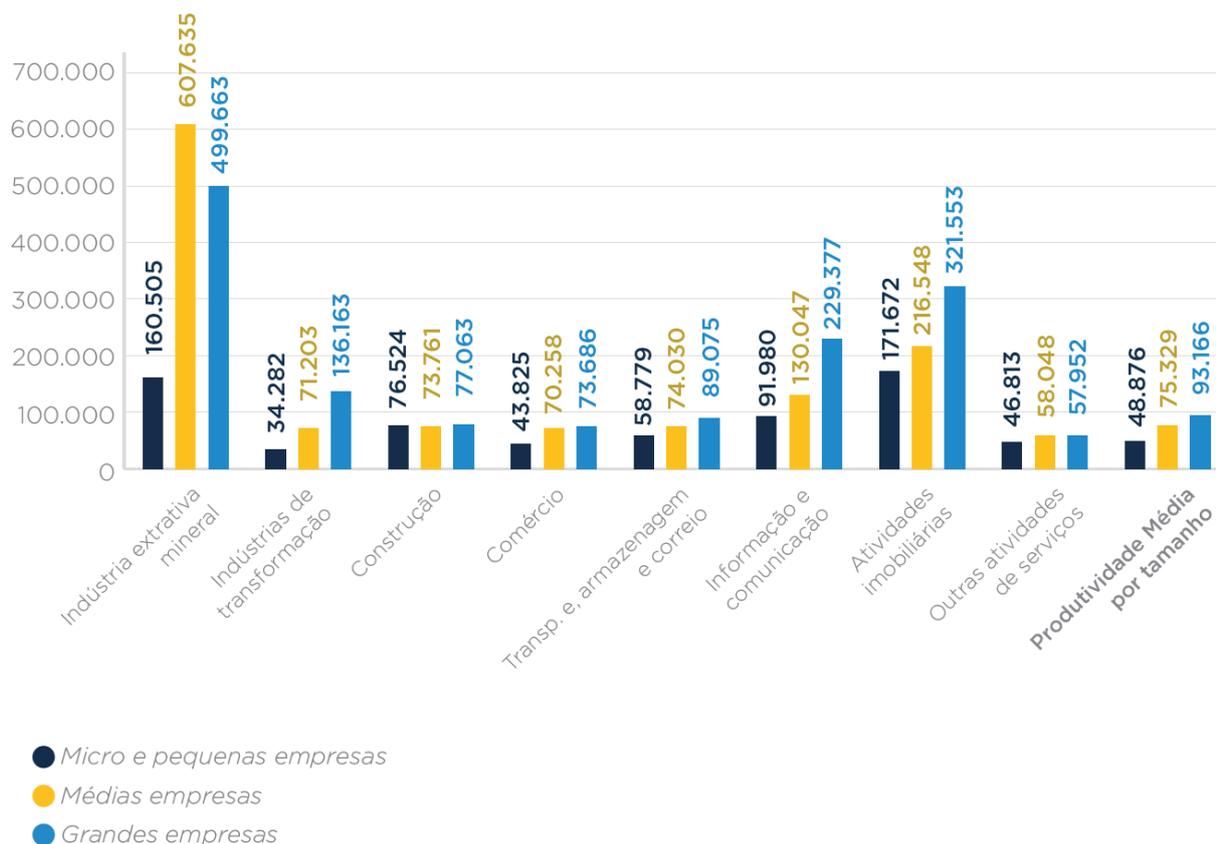
Gráfico 3 - Produtividade Média (2014-2017) por tamanho de empresa  
Valores Constantes de 2017, em Reais (R\$)



Fonte: FGV

Como se previa, as MPEs apresentam menores níveis de produtividade quando comparadas aos demais portes de empresas, a valores constantes de 2017. Esta situação não se modifica ao longo de todo o período analisado, no entanto, há uma leve redução na distância, onde a produtividade das MPEs passa de 53% em relação às grandes empresas em 2014 para 59% em 2017.

Gráfico 4 - Produtividade Média (2014-2017) por tamanho de empresa



Fonte: FGV

No recorte por setor de atividade, observa-se que as MPEs se destacam em atividades de comércio e serviços, justamente devido ao fato de que nestas atividades dificilmente existem ganhos de escala na produtividade das empresas, o que permite que as MPEs sejam competitivas, por exemplo no setor de transporte e armazenagem, por exemplo, as MPEs chegam a cerca de 2/3 da produtividade das grandes empresas. Já nas atividades intensivas em capital, como as da Indústria, por exemplo, existe uma maior dificuldade para as MPEs atuarem devido, principalmente, aos ganhos de escala associados ao maior uso de capital. Na indústria extrativa mineral, as MPEs têm apenas cerca de 1/3 da produtividade das grandes empresas.

Dessa forma, as atividades com maior participação das MPEs são aquelas em que há um emprego intensivo de trabalho, o que pode ser observado pelo número alto de vínculos empregatícios gerados pelas MPEs. Com isso, a produtividade, que é um indicador que tem em seu denominador o número de vínculos, é mais baixa para as Micro e Pequenas Empresas.

E desagregando as estimativas de produtividade por atividade econômica, conforme ilustrado no Gráfico 4, verifica-se que as MPEs têm baixa produtividade na Indústria Extrativa Mineral, de Transformação e nas Atividades Imobiliárias; elas, entretanto, se destacam nas atividades de Construção, Transportes e Outras Atividades de Serviços, onde se equiparam às grandes e médias empresas.

Os dados apresentados evidenciam que as características estruturais específicas de cada setor possuem enorme peso na produtividade das empresas e nas diferenças entre os diferentes portes de empresa.

Outro ponto que merece destaque é que **a lacuna de produtividade em determinado setor não representa por si só uma oportunidade para a realização de iniciativas, uma vez que estas podem não gerar impactos tão relevantes.** Um exemplo é o setor da indústria de transformação, que por ser altamente capital intensiva, tende a limitar eventuais benefícios focados no desenvolvimento da produtividade das MPEs nesse segmento, já que os ganhos de escala tendem a ser menores.

Portanto, para que políticas públicas e/ou programas de promoção da produtividade sejam efetivas, seus formuladores devem se valer do entendimento sobre a heterogeneidade das MPEs e das diferenças estruturais entre os diversos setores econômicos e se distanciar de uma política universal, convergindo para ações de caráter mais específico de forma a maximizar o impacto das iniciativas propostas.

Outra forma de analisar a heterogeneidade das Micro e Pequenas empresas está relacionado com os objetivos empresariais, o comportamento e o dinamismo nas mesmas. Neste sentido, foi desenvolvido estudo pela FGV e SEBRAE de forma a diferenciar as MPES quando ao seu dinamismo, competência tecnológica, competência de gestão, estratégia de *fundin*g e estrutura de governança. As empresas foram avaliadas segundo um conjunto de indicadores estabelecidos para cada um desses critérios com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS Identificada.

A taxonomia proposta para a modelagem da segmentação distingue três grupamentos distintos: Empregarial, Empresarial e Empresarial avançado.

Figura 1 - Taxonomia proposta



Fonte: FGV.

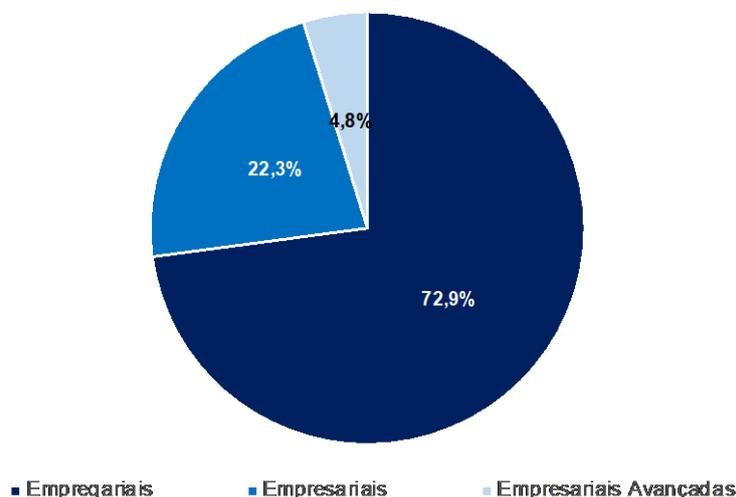
Conforme as definições resumidas na Figura 1 o grupo denominado Empregarial contempla as empresas voltadas para geração de renda pessoal para o proprietário, como em substituição a um emprego, e tendem a ser menos estruturadas e a adotar com menor frequência práticas formais de gestão, já que seu foco não é a estruturação do seu negócio em uma perspectiva empresarial, e sim, alcançar o seu rendimento pessoal.

O segundo grupo é denominado de Empresarial. O empresário já estrutura seu negócio sob uma perspectiva empresarial, tendo desenvolvido competências de gestão e tecnológica na empresa, em grande medida associadas ao capital humano. Seu principal objetivo é a lucratividade da empresa, mas sem envolver necessariamente o seu crescimento, ou seja, não estão na fronteira das práticas de gestão e desenvolvimento tecnológico.

Por fim, o terceiro grupo é denominado de Empresarial Avançado e se distingue do anterior pelo fato de o empresário ter como função objetivo o crescimento da empresa dando ênfase à inovação, envolvendo a maximização das competências tecnológica e de gestão, em grande medida associadas ao capital humano, a estratégia de *funding* e a estrutura de governança. A empresa integrante desse grupo pode ser ilustrada, a título de exemplo e não estando restrita a, pela startup inovadora que vai a mercado captar recursos para alavancar seu crescimento.

O Gráfico 5, a seguir, apresenta a distribuição das MPEs beneficiárias do SIMPLES seguindo o modelo de segmentação, para o ano de 2018, último disponível na principal base de dados utilizada (RAIS Identificada).

Gráfico 5 - Segmentação das MPEs beneficiárias do SIMPLES



Fonte: FGV

Estima-se que, dentre as MPEs beneficiárias do SIMPLES, há uma preponderância de empresas Empregarias (72,9%). Tal preponderância verificou-se em 48 dos 56 setores de atividade considerados. As empresas Empresariais respondem por 22,3% do total, ao passo que as Empresariais Avançadas respondem por apenas 4,8%.

Na mesma linha, o estudo recente da OECD (2019), denominado “Promovendo a Produtividade das Pequenas e Médias Empresas” (*Enhancing SME Productivity*), destaca a correlação existente entre a adoção de práticas formais de gestão e a produtividade nas empresas. Ressalta que a magnitude dessa correlação está diretamente ligada ao porte da empresa, que acaba por tornar racional decisão em manter uma gestão “informal” para algumas MPEs.

Diante da distribuição das empresas na taxonomia proposta pela FGV e SEBRAE e dos achados do estudo da OECD percebe-se que **as políticas de aumento de produtividade para as MPEs precisam ser diferenciadas já que para a imensa maioria, que envolve baixa tecnologia, as chamadas “empregarias” a manutenção do status-quo é a tendência e objetivo de seus proprietários.**

Políticas que atuem diretamente para o aumento da produtividade dessas empresas, podem e devem ajudar, no entanto, sua implantação é mais complexa, já que, do ponto de vista de comportamento e objetivo empresarial, pode ir de encontro a sua própria natureza, que valoriza esse papel social já citado das MPEs em fornecer empregos formais e trabalho para grande parte da população. Desta forma, ações macroeconômicas e alguns tipos de microeconômicas (ex.: apoio a digitalização e redução de custos operacionais) tender a ser mais efetivas para esse grupo.

Já para as empresas “empresariais” e “empresariais avançadas” estratégias mais avançadas de aumento de produtividade, como boas práticas de gestão, canais eletrônicos de vendas, planejamento, podem ser de grande valia para o objetivo de aumento de produtividade.

No próximo item, serão mostrados projetos que visam o aumento da produtividade das Micro e Pequenas Empresas no contexto brasileiro e seus possíveis impactos.

## **3.2 INICIATIVAS EXISTENTES COM IMPACTO NA PRODUTIVIDADE NA MPES**

Uma vez caracterizadas as MPE sob diferentes recortes, cabe aqui apresentar algumas iniciativas e programas adotadas em diferentes esferas que contribuem para o aumento da produtividade das Micro e Pequena Empresas, e conseqüentemente da Economia Brasileira.

A primeira delas e mais relevante, sem sombra de dúvidas é o Simples Nacional que inovou em desburocratizar e reduziu a tributação frente em relação aos outros regimes. Outras ações também relevantes que podemos exemplificar são: Brasil Mais, Procomp, Programas de Concentração e desburocratização de serviços públicos e recentemente o PIX.

### **Simples Nacional**

A Lei Complementar nº 123, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, significou uma verdadeira revolução para o pequeno negócio no Brasil. Ela instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que criou o Simples Nacional, ou Supersimples, um regime tributário diferenciado para essas empresas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, representando um importante divisor de águas no setor. O Simples Nacional representou e representa uma inovação. Além de ter abrangência nacional e possibilitar aos seus optantes uma tributação menor em relação aos outros regimes - o Lucro Real e o Lucro Presumido - o novo regime desburocratizou e facilitou o recolhimento de impostos pelos micro e pequenos empreendedores ao reunir, em uma única guia, a arrecadação de oito tributos, sendo seis federais, um estadual e um municipal. A Lei Geral já passou por várias revisões, que aperfeiçoaram seu funcionamento e buscam que seus benefícios sejam ampliados e adaptados, de acordo com o desenvolvimento da economia.

## Brasil Mais

O “Brasil Mais” é uma iniciativa do Governo Federal<sup>3</sup> que visa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras, com a promoção de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto. O programa oferece às micro, pequenas e médias empresas soluções para melhorar a gestão, inovar processos e reduzir desperdícios.

Na plataforma do programa, as empresas têm acesso a informações sobre os serviços e atendimentos personalizados, ferramentas de autoavaliação e conteúdos que auxiliam na melhoria da gestão e da produtividade.

O programa é coordenado pelo Ministério da Economia, com gestão operacional da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e execução pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Visando a transformação digital, o Brasil Mais incorporou os resultados positivos do programa Brasil Mais Produtivo e expandiu o seu alcance e abrangência, por meio da experiência, estrutura e capilaridade dos parceiros do Sistema S, Senai e Sebrae. Essa expansão é parte de uma política mais ampla para promover a modernização do setor produtivo.

Com o desenvolvimento das capacidades e práticas gerenciais, o programa busca melhorar nas empresas as habilidades de percepção, pensamento crítico, capacidade de ordenamento, planejamento de curto e longo prazo, liderança, controle, capacidade de decisão, reorganização produtiva, adoção da cultura de instituir práticas de melhoria contínua e identificação de oportunidades de investimento pelo desenvolvimento das capacidades de gestão nas diversas áreas necessárias ao bom funcionamento de uma empresa, como gestão do desempenho, indicadores, operações e vendas, qualidade, estratégica, produção, conhecimento, capital humano, digitalização, entre outras.

O Brasil Mais Produtivo, realizado entre 2016 e 2018, teve foco nas metodologias de manufatura enxuta e atendeu 3 mil pequenas e médias indústrias de todas UF brasileiras. As participantes tiveram aumento médio de produtividade de 51,66%, com retorno do investimento total em média em cinco meses. Além disso, parte das empresas atendidas reduziu o movimento de trabalho em 60,47% e o retrabalho em 64,62%, medidas importantes de qualidade de gestão de processos produtivos. Ainda não há dados disponíveis para o Brasil Mais.

---

<sup>3</sup> Ver mais em <https://brasilmais.economia.gov.br/sobre>

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) publicaram um estudo em 2018 fazendo uma avaliação do programa Brasil Mais Produtivo. Segundo essa avaliação, o programa foi considerado eficiente por ter aumentado a produtividade das empresas a um baixo custo e em um período curto de tempo. Contudo, sua efetividade foi limitada dentro do contexto dessas empresas, ou seja, não causou um impacto na produtividade de todo o setor da indústria, nem da economia, o que exigiria que fosse adotado em articulação com políticas de maior escala.

## **PROCOMPI**

O Procompi (Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias) é uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do SEBRAE, que busca elevar a competitividade das indústrias de menor porte por meio do estímulo à cooperação entre elas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial, contemplando além de projetos setoriais, projetos nos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O projeto que começou em 1998, foi renovado mais 4 vezes, tendo a sua última edição sido realizada entre os anos de 2016 e 2020. Nesta última edição, foram investidos mais de 21 milhões de reais em 128 projetos de 21 unidades da federação, que atenderam à 2.244 empresas. Como resultado, essas empresas apresentaram um crescimento médio na produtividade de 25%, contra um crescimento geral da produtividade da indústria de apenas 1%, 60% destas indústrias implementaram medidas de inovação e 34% tiveram redução nos custos de produção. Desde 2000, foram investidos mais de 103,9 milhões de reais em projetos envolvendo 8.888 empresas beneficiadas, resultando em um aumento médio de 20% na produtividade.

## **Programas de Concentração e Desburocratização de Serviços Públicos**

Dentre as iniciativas no país voltadas ao incremento da produtividade das MPEs, merecem destaque também os programas de concentração e desburocratização de serviços públicos destinados a este público. Em linha com os já conhecidos Poupatempo para pessoas físicas presentes em muitas cidades brasileiras, estes programas são geralmente capitaneados por governos municipais ou estaduais e visam reduzir os pontos de contato dos empreendedores com os órgãos públicos, otimizando os caminhos burocráticos necessários para diversos serviços.

Como exemplo, vale citar o Poupatempo do Empreendedor, programa lançado pelo Governo do Estado de São Paulo cujo sistema foi desenvolvido pela Junta Comercial do Estado, por meio do Via Rápida Empresa. O objetivo desse sistema é facilitar abertura e fechamento de empresas. Centralizando o contato do empreendedor em apenas um canal e explicitando melhor todas as demandas de documentação que

devem ser atendidas, o sistema permitiu a redução do tempo de abertura e legalização de empresas de forma significativa, especialmente para aquelas consideradas de baixo risco.

Todas as solicitações podem ser feitas e acompanhadas de forma prática através da internet, o que representa economia de tempo e custo para os pequenos empresários. Cada vez mais municípios do estado vem buscando aderir ao sistema, que hoje já está presente em mais de 270 municípios em São Paulo.

## **PIX**

O PIX é um sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central, que se caracteriza como uma opção ao lado de TED, DOC e cartões para pessoas e empresas fazerem transferências de valores e realizarem ou receberem pagamentos. Com o Pix, as pessoas físicas e jurídicas podem fazer essas transações em menos de 10 segundos em todos os dias da semana, usando apenas aplicativos de celular.

Esta iniciativa abrange toda a economia e, apesar de não ter foco específico nos pequenos negócios, vem contribuindo para aumentos de eficiência e para a redução de custos destas empresas.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um ano de recessão profunda, uma das grandes discussões nos campos político e econômico no Brasil, envolve a retomada do crescimento da economia do país. A necessidade urgente de retomar uma trajetória de crescimento econômico sustentado no longo prazo leva, então, à necessidade do aumento da produtividade no Brasil.

Dada a extraordinária relevância das MPEs na economia Brasileira, representando 99% das empresas existentes no país e cerca de 30% do PIB e responsáveis pela geração da maior parte do emprego, mais de 54% dos vínculos de trabalho (Rais 2018) , naturalmente a discussão do aumento de produtividade passa por esse universo .

Com base em trabalhos aqui expostos, fica claro que, apesar de ter uma produtividade menor do que empresas de maior porte, esse fator é intrínseco à natureza de grande parte dessas MPEs, já sua característica natural é ocupar espaços em atividades em que vicejam empresas com alta intensidade de trabalho, servir de forma complementar as grandes cadeias de produção, o mais importante, cumprir um importante papel social de geração de empregos com ocupação formal.

Outra questão aqui colocada é que as Micro e Pequenas empresas são heterogêneas em seus objetivo e dinamismo. Assim, para uma minoria delas (27,1%), aqui chamadas de “empresarias” e “empresariais avançadas” tende a ser mais eficiente as políticas específicas e direcionadas de aumento de produtividade. Dessa forma, um investimento em políticas que visem essas empresas tendem a ter um resultado melhor, como as mudanças de gestão e práticas internas podem melhorar de forma significativa os resultados e, poderia inclusive resultar no crescimento dessas empresas, que deixariam de ser pequenas.

No entanto, para a imensa maioria (72,9%), que envolve baixa densidade tecnológica, as chamadas “empregariais” a manutenção da situação atual é a tendência e objetivo de seus proprietários. Desta forma, ações estruturais e de políticas públicas de alto impacto (Simples Nacional) e alguns tipos de microeconômicas (ex.: apoio a digitalização e redução de custos operacionais) tendem a ser mais efetivas para esse grupo. O Programa Simples Nacional é um exemplo de extremo sucesso de política pública nesse sentido. Ao reduzir a carga tributária e a burocracia para que uma MPE pague seus tributos, contribui para a criação de novas empresas e manutenção das existentes, gerando empregos e arrecadação.

A pandemia da Covid-19, sem dúvidas, também oferece uma oportunidade para que as empresas abracem a revolução digital. Devido à necessidade de adotar o distanciamento social, como forma de combate à pandemia, muitas empresas sofreram uma digitalização quase forçada, na busca de uma forma de manter as suas operações. É preciso observar, contudo, quais serão os efeitos dessas mudanças no médio e longo prazo na dinâmica, na produtividade e nos resultados das MPEs Brasileiras.

Por fim, o aumento da produtividade é o caminho mais certo para a retomada do crescimento econômico. Contudo, as formas mais eficientes para enfrentar essa questão passa pela necessidade de se entender a complexidade e a diversidade das micro e pequenas empresas e de se promover políticas públicas e econômicas específicas os diferentes grupos de micro e pequenas empresas.



**Gerente Executivo**

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa  
Sergio Gustavo Silveira da Costa

**Equipe Técnica**

Felipe Motta  
Ique Lavatori  
Marcel Levi de Souto Barreto

**Projeto Gráfico**

Talitha Guimarães

## 0584-21 P Produtividade das Micro e Pequenas Empresas - MPE pdf

Código do documento bbc2c1eb-9288-4c2e-b0d7-71b17f30758d



### Assinaturas



Luiz Gustavo Medeiros Barbosa  
luiz.barbosa@fgv.br  
Assinou

*Luiz Gustavo Medeiros Barbosa*

### Eventos do documento

#### 19 May 2021, 16:02:47

Documento número bbc2c1eb-9288-4c2e-b0d7-71b17f30758d **criado** por MICHELI SILVA DE BRITO (Conta 4aa5eda0-fcd1-4c9d-9915-b9946952cabd). Email :micheli.brito@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2021-05-19T16:02:47-03:00

#### 19 May 2021, 16:03:13

Lista de assinatura **iniciada** por MICHELI SILVA DE BRITO (Conta 4aa5eda0-fcd1-4c9d-9915-b9946952cabd). Email: micheli.brito@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2021-05-19T16:03:13-03:00

#### 19 May 2021, 17:03:26

LUIZ GUSTAVO MEDEIROS BARBOSA **Assinou** (Conta aa418d02-74b1-48b8-b9d9-80444d5593cc) - Email: Luiz.Barbosa@fgv.br - IP: 186.240.20.166 (186-240-20-166.user3p.veloxzone.com.br porta: 28220) - **Geolocalização: -22.8982784 -43.1292416** - Documento de identificação informado: 025.294.797-55 - DATE\_ATOM: 2021-05-19T17:03:26-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):ea317fc1ba9e4be756e0f5523f22893ffc9ca09ed6284f74d5b034891c8a05f6  
(SHA512):68b9e3ab63bb91feefdfefabb0a824596d714a8c9bc9919da6c8d4f0b8230d0825a1e0679a1e690316b60dfd233208679b3f64e6d0048c1e93f447cd865f930c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**